

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais
Serviço de Estatísticas do Mercado de Trabalho

Documento Metodológico

Operação Estatística: Inquérito ao Emprego 2011

Código: 138

Versão: 2.0

Data: Maio de 2011

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA	5
1. CÓDIGO/VERSÃO	5
2. CÓDIGO DO SIGINE	5
3. DESIGNAÇÃO	5
4. ACTIVIDADE ESTATÍSTICA/FAMÍLIA DE ACTIVIDADES/ÁREA DE ACTIVIDADE	5
5. OBJECTIVOS	5
6. DESCRIÇÃO	6
7. ENTIDADE RESPONSÁVEL	6
8. RELACIONAMENTO COM O EUROSTAT	7
9. FINANCIAMENTO	7
10. ENQUADRAMENTO LEGAL	7
11. OBRIGATORIEDADE DE RESPOSTA	7
12. TIPO DE OPERAÇÃO ESTATÍSTICA	7
13. TIPO DE FONTE DE INFORMAÇÃO UTILIZADA	7
14. PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	7
15. ÂMBITO GEOGRÁFICO DA OPERAÇÃO	8
16. UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO	8
17. DATA DE INÍCIO	9
18. PRODUTOS	9
II – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA	10
19. POPULAÇÃO	10
20. BASE DE AMOSTRAGEM	11
21. UNIDADE AMOSTRAL	11
22. UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	11
23. DESENHO DA AMOSTRA	11
24. DESENHO DO QUESTIONÁRIO	21

25. RECOLHA DE DADOS-----	24
26. TRATAMENTO DOS DADOS -----	27
27. TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS-----	28
28. ESTIMAÇÃO E OBTENÇÃO DE RESULTADOS-----	29
29. SÉRIES TEMPORAIS-----	31
30. CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS -----	33
31. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE ESTATÍSTICA-----	33
32. RECOMENDAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS -----	35
III – CONCEITOS -----	35
IV – CLASSIFICAÇÕES-----	44
V – VARIÁVEIS-----	46
33. VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO -----	46
34. VARIÁVEIS DERIVADAS -----	47
35. INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR -----	49
VI – SUPORTES DE RECOLHA -----	53
36. QUESTIONÁRIOS -----	53
VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS-----	53
VIII – BIBLIOGRAFIA -----	55
IX – ANEXOS -----	55

INTRODUÇÃO

O Inquérito ao Emprego (IE) teve início na década de setenta com o objectivo de obter estimativas de periodicidade infra-anual sobre a população activa (empregada e desempregada) e inactiva (estudantes, domésticos, reformados e outros inactivos). A importância crescente dos domínios sociais impôs o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das estatísticas nesta área. A necessidade de acompanhar as novas realidades sociais no mercado de trabalho e de produzir resultados comparáveis entre diversos países reflectiu-se nas alterações implementadas no IE ao longo das várias séries que o compõem.

Inicialmente denominado “Inquérito Permanente ao Emprego” (de 1974 até 1982), esta operação estatística era realizada apenas para o território do Continente e produzia resultados semestrais. Ao nível metodológico, eram utilizados os conceitos do “Recenseamento da População” de 1970.

Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, houve que adaptar também as estatísticas à nova realidade e o “Inquérito Permanente ao Emprego” fazia parte do conjunto de projectos que, embora já existentes, precisavam de ser harmonizados. Com vista a essa harmonização, o Eurostat celebrou com o Instituto Nacional de Estatística contratos com o objectivo final de compatibilizar o inquérito nacional ao inquérito comunitário (designado *Labour Force Survey* - LFS). Assim, a partir de 1983 o “Inquérito Permanente ao Emprego” passou a designar-se “Inquérito ao Emprego”, denominação que mantém até hoje, e passou a abranger todo o território nacional (Continente e Regiões Autónomas). De acordo com as directivas comunitárias, foram introduzidas alterações significativas no que respeita ao desenho amostral, à dimensão e à rotação da amostra e ao questionário. Foram também adoptados os conceitos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As duas séries seguintes resultaram da adopção de ajustamentos havidos no inquérito comunitário e de alterações no mercado de trabalho interno. Entre as alterações introduzidas, destacam-se a idade mínima considerada para a população activa, o conceito de desemprego, o desenho amostral, a dimensão e a rotação da amostra, os métodos de calibração adoptados (nomeadamente para a obtenção de estimativas ao nível da região NUTS II), a alteração das classificações das actividades económicas e das profissões e a adopção do modo de recolha da informação presencial assistida por computador (CAPI – *Computer Assisted Personal Interviewing*).

A série de dados que se inicia com a divulgação dos dados relativos ao 1º trimestre de 2011, “Inquérito ao Emprego – 4ª série”, resulta essencialmente da adopção de um modo de recolha da informação misto, que combina entrevistas realizadas presencialmente, como nas duas séries anteriores, com entrevistas realizadas por telefone (CATI – *Computer Assisted Telephone Interviewing*), e da introdução da nova Classificação Portuguesa de Profissões (CPP-10). A adopção de um modo de recolha que inclui maioritariamente entrevistas telefónicas exigiu a introdução de alterações no questionário do IE. Para além das adaptações impostas pelo modo de inquirição, procedeu-se também à racionalização do seu conteúdo e à

adopção das orientações entretanto emanadas dos Regulamentos Comunitários para o *Labour Force Survey*, em 2008. Procedeu-se ainda a uma alteração na calibração dos dados, passando esta a ser efectuada apenas as regiões NUTS – 2002. As restantes características do IE não foram alteradas, nomeadamente os seus objectivos, a sua natureza (periodicidade trimestral, períodos de referência da informação, universo de referência da população, base de amostragem¹, unidades de observação, desenho da amostra, dimensão da amostra, erros de amostragem, esquema de rotações e carácter parcialmente longitudinal das bases de microdados), os conceitos utilizados e a idade de referência da população activa.

¹ A amostra de alojamentos a inquirir no IE, no 1º trimestre de 2011, é a mesma que foi utilizada até ao 4º trimestre de 2010, com excepção da rotação que é substituída nesse trimestre.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

1. CÓDIGO/VERSÃO

138/2.0.

2. CÓDIGO DO SIGINE

ES0001.

3. DESIGNAÇÃO

Inquérito ao Emprego (IE).

4. ACTIVIDADE ESTATÍSTICA/FAMÍLIA DE ACTIVIDADES/ÁREA DE ACTIVIDADE

Área estatística: 34 – Trabalho, Emprego e Desemprego.

Família estatística: 341 – Estatísticas do Emprego.

Actividade estatística: 272 – Inquérito ao Emprego.

5. OBJECTIVOS

O IE tem por principal objectivo a caracterização de toda a população perante a actividade económica (empregados, desempregados e inactivos). Pretende-se, assim, obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas sócio-económicas.

A condição perante o trabalho, o sector de actividade económica, a profissão e a situação na profissão, a escolaridade e a formação profissional, a procura de emprego, a situação um ano antes e o percurso profissional constituem os principais aspectos da informação que é necessário recolher para cada indivíduo entrevistado.

O IE tem por objectivos:

- Fornecer uma medida directa e comparável internacionalmente das alterações infra-anuais do emprego e desemprego.
- Avaliar, ao longo do ano, o volume de determinados fenómenos do mercado de trabalho, como o emprego, o desemprego, as horas trabalhadas, o subemprego, a mão-de-obra disponível, etc.

- Fornecer dados estruturais anuais relacionados com o nível de emprego e desemprego, particularmente taxas de desemprego regionais.
- Criar uma base de microdados, permitindo análises de padrões de comportamento e de fluxos de mão-de-obra.

6. DESCRIÇÃO

O Inquérito ao Emprego é um inquérito trimestral por amostragem que fornece resultados trimestrais.

O IE é dirigido a residentes, no território nacional, em alojamentos familiares de residência principal. No âmbito deste inquérito são excluídos os alojamentos colectivos.

As unidades observadas são o agregado doméstico privado e o indivíduo. A informação é recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo agregado.

O IE é realizado por recolha directa e admite respostas de indivíduos *proxy*, isto é, de indivíduos com 15 ou mais anos que respondem pelos indivíduos a inquirir. A resposta dos indivíduos com idade inferior a 15 anos apenas é admitida por indivíduos *proxy*. Os alojamentos são previamente contactados e sensibilizados para a participação nesta operação estatística, através de uma circular. A recolha da informação é feita através de um questionário electrónico. A primeira entrevista ao alojamento é presencial assistida por computador (*Computer Assisted Personal Interviewing* - CAPI). As entrevistas seguintes realizam-se através do telefone (*Computer Assisted Telephone Interviewing* - CATI), fixo ou móvel, se e só se o agregado familiar a inquirir a isso der o seu acordo e puder disponibilizar um número de telefone válido, caso contrário as entrevistas continuarão a ser feitas presencialmente.

As características observadas no IE referem-se, normalmente, à situação numa semana pré-definida, denominada de semana de referência. As semanas de referência começam sempre numa Segunda-feira e acabam no Domingo seguinte, independentemente de poderem conter dias de meses diferentes. As semanas de referência são distribuídas uniformemente pelo trimestre e pelo ano.

No que se refere ao período de recolha, as entrevistas devem ser realizadas na semana seguinte à semana de referência. Para os casos em que tal não seja possível, o tempo que medeia entre o último dia da semana de referência e a data da entrevista não pode ultrapassar as duas semanas.

7. ENTIDADE RESPONSÁVEL

Unidade Orgânica: Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais.

Serviço de Estatísticas do Mercado de Trabalho.

Contacto: Sónia Torres.

e-mail: sonia.torres@ine.pt.

Telefone: +351 226 072 034; ext.: 4134.

8. RELACIONAMENTO COM O EUROSTAT

F2 Labour Market Statistics – Joachim Recktenwald.

9. FINANCIAMENTO

Nacional.

10. ENQUADRAMENTO LEGAL

Regulamento (CE) n.º 577/98 do Conselho, de 9 de Março de 1998.

Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional).

Labour Force Survey Revised Explanatory Notes, 2008.

11. OBRIGATORIEDADE DE RESPOSTA

Esta operação estatística está inserida no SEN (Sistema Estatístico Nacional) sendo de resposta obrigatória de acordo com a Lei do SEN.

A resposta ao EUROSTAT é obrigatória.

12. TIPO DE OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

Inquérito amostral.

13. TIPO DE FONTE DE INFORMAÇÃO UTILIZADA

Directa.

14. PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

Trimestral.

15. ÂMBITO GEOGRÁFICO DA OPERAÇÃO

Portugal.

16. UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO

INTERNOS (ao SEN)

- INE:
 - Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais
 - Departamento de Contas Nacionais
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (GEP/MTSS)
- Banco de Portugal
- Ministério da Educação (GEPE)
- Serviço Regional de Estatísticas dos Açores
- Direcção Regional de Estatística da Madeira

NACIONAIS

- Administração Pública Central:
 - Ministério das Finanças (GPEARl)
 - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (IEFP)
 - Universidades públicas
- Administração Pública Regional
- Sociedades Não Financeiras (Empresas)
- Sociedades Financeiras
- Instituições ou Associações Sem Fins Lucrativos:
 - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP)
 - União Geral de Trabalhadores (UGT)
- Pessoas Singulares:
 - Investigadores
 - Utilizadores individuais

COMUNITÁRIOS E INTERNACIONAIS

- Instituições da União Europeia:
 - Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias (Eurostat)
 - Banco Central Europeu
- Organizações Internacionais:
 - Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE)

17. DATA DE INÍCIO

1974.

18. PRODUTOS

Padrão de Qualidade

Trimestre $n + 45$ dias.

Produtos a disponibilizar

Produtos a disponibilizar					
Designação	Tipo	Periodicidade	Desagregação geográfica máxima	Disponibilização	Tipos de utilizador
Estatísticas do Emprego	Destaque	Trimestral	NUTS II (somente para alguns dados)	Não sujeito a tarifação	Todos os referidos no ponto 16
	Publicação	Trimestral	NUTS II (somente para alguns dados)	Não sujeito a tarifação	Todos os referidos no ponto 16
	Ficheiro de microdados	Trimestral	NUTS II	Restrita	Eurostat Banco de Portugal Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Investigadores (mediante protocolo)
	Quadros pré-definidos	Trimestral	NUTS II (somente para alguns dados)	Não sujeito a tarifação	Todos os referidos no ponto 16
	Quadros a pedido	-	NUTS II	Restrita	Todos os referidos no ponto 16

II – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

19. POPULAÇÃO

Universo

O universo do IE é composto pelo conjunto de todos os indivíduos residentes no território nacional.

Universo de referência

O IE é dirigido aos residentes em alojamentos familiares que, na semana de referência, vivam nesse alojamento, considerando ser essa a sua residência principal. Foram adoptados, de uma forma precisa e inequívoca, os critérios de residência utilizados no “Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2011” (Censos 2011).

O inquérito é alargado às pessoas a viver em alojamentos colectivos que se considera terem alguma contribuição, real ou potencial, para o mercado de trabalho, como é o caso dos militares de carreira em quartéis e dos estudantes em escolas com internato. A informação relativa a estas pessoas é recolhida nos alojamentos de residência principal aos quais possam estar associadas (ou seja, que aí tenham residência).

São excluídos do âmbito deste inquérito todos os indivíduos a residir noutros alojamentos colectivos (hotéis, pensões e similares, instituições de assistência – asilos, orfanatos e lares de 3ª idade – e instituições religiosas).

20. BASE DE AMOSTRAGEM

A amostra do IE é seleccionada a partir de uma base de amostragem (constituída por um ficheiro de alojamentos familiares) denominada “Amostra-Mãe”, que o INE utiliza para a realização de inquéritos junto das famílias e que foi construída a partir dos dados do “Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001” (Censos 2001) (Metodologia da AM2001.pdf). Daqui em diante, a Amostra-Mãe passará a designar-se pelo acrónimo AM-2001.

21. UNIDADE AMOSTRAL

Alojamento familiar de residência principal.

22. UNIDADES DE OBSERVAÇÃO

Alojamento e indivíduo.

A informação é recolhida para todos os indivíduos residentes no alojamento.

Os indivíduos com idade inferior a 15 anos são admitidos por *proxy*.

23. DESENHO DA AMOSTRA

Estratificação

NUTS II.

Tipo de amostragem

Probabilística.

Tipo de dados

Transversais e longitudinais (amostra rotativa).

Metodologia do dimensionamento

A dimensão da amostra foi definida em cumprimento do artigo 3º do Regulamento (CE) n.º 577/98, de 9 de Março de 1998, assim como de directrizes nacionais.

1. Dimensionamento segundo critérios do Regulamento

Relativamente ao Regulamento, os critérios adoptados foram os seguintes:

- Precisão em nível – para um grupo de pessoas desempregadas que represente 5% da população em idade activa², o desvio-padrão relativo (ou coeficiente de variação) da estimativa das médias anuais, ao nível da NUTS II, não deverá exceder 8%. As regiões com menos de 300 000 habitantes ficam isentas desta condição.
- Precisão em evolução – no caso de um inquérito contínuo, para as subpopulações³ que constituam 5% da população em idade activa, o desvio-padrão relativo da estimativa das variações entre dois trimestres consecutivos, ao nível nacional, não deverá exceder 2%. Para os Estados-Membros cuja população varie entre um milhão e vinte milhões, o desvio-padrão relativo da estimativa das variações trimestrais não deverá exceder, ao nível nacional, 3%.

A dimensão da amostra do IE, segundo as exigências do Regulamento, foi definida de acordo com as regras descritas em ISEGI (2001) e que se descrevem a seguir.

Considere-se p_q a proporção trimestral (trimestre q) de desempregados relativamente aos indivíduos em idade activa, ou seja,

² Para o efeito, considerou-se que a população em idade activa era constituída pelos indivíduos com idade dos 15 aos 64 anos.

³ Na impossibilidade prática de verificar todas as subpopulações que constituem 5% da população em idade activa, considerou-se, para efeitos de dimensionamento, a subpopulação dos desempregados.

$$p_q = \frac{\text{Total de desempregados}}{\text{Total de indivíduos em idade activa}}$$

e p_a a proporção anual (ano a) de desempregados relativamente aos indivíduos em idade activa, tomada como

$$p_a = \sum_{q=1}^4 \frac{N_q}{N_a} p_q ,$$

onde N_q é o número de indivíduos em idade activa no trimestre q e $N_a = \sum_{q=1}^4 N_q$.

Assim, o coeficiente de variação (cv) do estimador da proporção anual de desempregados relativamente aos indivíduos em idade activa, considerando um esquema de amostragem complexo (C), é dado por:

$$cv_C(\hat{p}_a) = \frac{\sqrt{\text{var}_C(\hat{p}_a)}}{p_a} = \frac{\sqrt{\text{var}_C(\hat{p}_a)}}{\sqrt{\text{var}_{AAS}(\hat{p}_a)}} \times \frac{\sqrt{\text{var}_{AAS}(\hat{p}_a)}}{p_a} = \sqrt{deff_{1r}} \times cv_{AAS}(\hat{p}_a) \quad (r = 1, \dots, R) \quad (1),$$

onde AAS corresponde a um esquema de amostragem aleatória simples e $deff_{1r}$ corresponde ao efeito de desenho da amostra para o critério de precisão em nível, onde R representa o número de regiões NUTS II.

Da mesma forma, o desvio-padrão relativo⁴ do estimador da diferença de proporções entre dois trimestres consecutivos, q e q' , é dado por:

$$cv_C(\hat{p}_q - \hat{p}_{q'}) = \frac{\sqrt{\text{var}(\hat{p}_q - \hat{p}_{q'})}}{p_q} = \sqrt{deff_2} \times cv_{AAS}(\hat{p}_q - \hat{p}_{q'}) \quad (2),$$

onde $deff_2$ representa o efeito do desenho da amostra para o critério de precisão em evolução.

O cálculo da dimensão da amostra deverá ter por base as duas exigências comunitárias sobre a precisão relativa, ou seja,

$$cv_C^2(\hat{p}_{a,r}) = deff_{1,r} \times cv_{AAS}^2(\hat{p}_{a,r}) \leq 0,08^2 \quad (r = 1, \dots, R) \quad (3),$$

onde R representa o número de regiões NUTS II e,

$$cv_C^2(\hat{p}_q - \hat{p}_{q'}) = deff_2 \times cv_{AAS}^2(\hat{p}_q - \hat{p}_{q'}) \leq 0,03^2 \quad (4).$$

⁴ Note-se que, apesar de se designar simbolicamente por cv, este parâmetro distingue-se do coeficiente de variação do estimador da diferença de proporções, dado que figura uma proporção no denominador da expressão.

Supondo tratar-se de uma amostragem aleatória simples e determinando os valores n_1 e n_2 (dimensão da amostra de indivíduos em idade activa a observar em cada trimestre) que verificam respectivamente,

$$cv_{AAS}^2(\hat{p}_{a,r}) \leq 0,08^2 \quad (r = 1, \dots, R) \quad (5)$$

e

$$cv_{AAS}^2(\hat{p}_q - \hat{p}_{q'}) \leq 0,03^2 \quad (6),$$

é possível obter o número de indivíduos em idade activa que deverão pertencer à amostra do IE.

No entanto, a amostra do IE é constituída por unidades de alojamento. Assim, dividindo o número de indivíduos em idade activa pelo número médio de pessoas em idade activa em cada alojamento, obtém-se uma aproximação do número de alojamentos que deverão pertencer à amostra do IE no pressuposto de uma amostragem aleatória simples.

Designando-se por m_{AAS} o número de alojamentos que deverão pertencer à amostra do IE numa amostragem aleatória simples, é possível encontrar a dimensão da amostra para um esquema de amostragem complexo, m_C , efectuando um ajustamento através dos efeitos de desenho da amostra ($deff$), ou seja,

$$m_{C,r} \geq deff_{i,r} \times m_{i,r,AAS} \quad (r = 1, \dots, R) \quad (7),$$

e simultaneamente

$$m_C = \max \left(deff_2 \times m_{2,AAS}, \sum_{r=1}^R deff_{i,r} \times m_{i,r,AAS} \right) \quad (8),$$

onde $m_{C,r}$ é a dimensão da amostra em cada região NUTS II para um esquema de amostragem complexo e $m_{i,r,AAS}$ e $m_{2,AAS}$ são as dimensões das amostras de alojamentos que verificam as inequações (5) e (6), respectivamente.

No dimensionamento efectuado, os valores encontrados foram os seguintes:

Quadro 1 – Dimensões para a precisão em nível

Região (NUTS – 2001)	Indivíduos em idade activa (AAS)	Alojamentos de residência principal (AAS)	<i>deff</i>	Alojamentos de residência principal (C)
Norte	1 645	784	2,08	1 631
Centro	1 513	885	2,03	1 797
Lisboa e Vale do Tejo	1 815	1 000	1,94	1 940
Alentejo	1 641	1 059	2,56	2 712
Algarve	1 670	960	2,64	2 535
R. A. Açores	1 761	776	2,27	1 762
R. A. Madeira	1 998	909	2,22	2 018
Total	12 043	6 373	-	14 395

A Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira, por possuírem menos de 300 000 habitantes, não estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento, pelo que as dimensões mínimas indicadas no Quadro 1 não terão que ser necessariamente cumpridas nessas regiões.

Relativamente à precisão em evolução, tem-se o resultado seguinte:

Quadro 2 – Dimensão para a precisão em evolução

Região	Indivíduos em idade activa (AAS)	Alojamentos de residência principal (AAS)	<i>deff</i>	Alojamentos de residência principal (C)
Portugal	21 324	11 224	1,82	20 428

2. Dimensionamento segundo critérios nacionais

Dado que as dimensões calculadas segundo o Regulamento seriam, em algumas regiões, insuficientes para permitirem a divulgação de estimativas para certas desagregações, decidiu-se aumentar a dimensão da amostra do IE, ficando esta com a distribuição que consta no Quadro 3.

Quadro 3 – Dimensão da amostra do IE segundo critérios nacionais

Região (NUTS – 2001)	Dimensão final	Número de áreas	Unidades de alojamento por área
Norte	5 740	410	14
Centro	3 052	218	14
Lisboa e Vale do Tejo	5 568	464	12
Alentejo	2 632	94	28
Algarve	2 576	92	28
R. A. Açores	1 539	81	19
R. A. Madeira	1 666	49	34
Portugal	22 773	1 408	-

3. Efeito na dimensão da amostra provocado pela alteração da NUTS

Considerando o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro, que altera o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 Fevereiro, no que se refere à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), e a 233ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística onde a Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão recomenda ao INE e entidades com delegação de competências:

- que seja assegurada a continuidade de disponibilização da informação estatística relevante ao nível das regiões NUTS II (NUTS – 2001), para efeitos da gestão dos Programas Operacionais Regionais do Quadro Comunitário de Apoio, muito particularmente para os respectivos processos de avaliação regulamentar, e
- o desenvolvimento de esforços para que num prazo a definir possam vir a ser actualizadas as séries estatísticas longas, em função da nova organização geográfica,

foi realizado um estudo com vista a assegurar a representatividade do IE para as regiões NUTS II (NUTS – 2001) e NUTS II (NUTS – 2002) – em vigor após 5 de Novembro de 2002.

As diferenças entre estas duas versões da NUTS são as seguintes:

Quadro 4 – Diferenças entre as duas versões da NUTS

NUTS – 2001		NUTS – 2002	
NUTS II	NUTS III	NUTS II	NUTS III
Centro	10 regiões	Centro	As mesmas 10 regiões + Oeste (sem o concelho de Mafra) + Médio Tejo
Lisboa e Vale do Tejo	5 regiões	Lisboa	Grande Lisboa (com o concelho de Mafra) + Península de Setúbal
Alentejo	4 regiões	Alentejo	As mesmas 4 regiões + Lezíria do Tejo

Numa situação destas, o ideal seria seleccionar uma nova Amostra-Mãe. Como esta solução era impraticável do ponto de vista orçamental, foi necessário recalcular as dimensões amostrais nas regiões que sofreram alterações (Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo), tendo por base os seguintes critérios:

- Nas regiões que passaram a ter mais regiões NUTS III (Centro e Alentejo), a amostra não devia aumentar, uma vez que o orçamento disponível para o projecto nessas regiões se mantinha inalterado.
- Garantir que o Regulamento era cumprido para as regiões NUTS II (NUTS – 2002), principalmente na região de Lisboa onde a dimensão global sofreu um decréscimo.
- Tentar manter, na medida do possível, a auto-ponderação em cada região NUTS II, tanto para a versão NUTS – 2001 como para a versão NUTS – 2002.
- Procurar garantir níveis de representatividade na versão NUTS – 2002 semelhantes ao da versão NUTS – 2001, para as principais variáveis do inquérito.

Face ao exposto, encontraram-se os novos valores para a dimensão da amostra por região que garantem o cumprimento dos critérios anteriores (Quadro 5).

**Quadro 5 – Dimensão da amostra do IE segundo critérios nacionais
servindo as duas versões da NUTS**

Região	Dimensão final	Número de áreas	Unidades de alojamento por área
Norte	5 740	410	14
Centro	2 834	218	13
Oeste (sem Mafra)	528	44	12
Médio Tejo	360	30	12
Lisboa	4 212	351	12
Mafra	84	7	12
Alentejo	2 256	94	24
Lezíria do Tejo (sem Azambuja)	696	29	24
Azambuja	63	3	21
Algarve	2 576	92	28
R. A. Açores	1 539	81	19
R. A. Madeira	1 666	49	34
Portugal	22 554	1 408	-

Seleccção da amostra

A amostra do IE foi seleccionada a partir da AM-2001 introduzindo uma nova etapa no processo de selecção. Assim, as unidades da primeira etapa (unidades primárias) correspondem às áreas da AM-2001 e as unidades da segunda etapa (unidades secundárias) correspondem aos alojamentos familiares de residência principal.

Neste esquema de selecção, dentro de cada NUTS II (NUTS – 2001), pretendeu-se que qualquer unidade de alojamento tivesse a mesma probabilidade de selecção (amostra auto-ponderada) e que o número de unidades seleccionadas em cada área fosse idêntico para facilitar a organização do trabalho de campo. No caso da região NUTS II (NUTS – 2002), não foi possível manter as duas condições anteriores, tendo sido dada prioridade à auto-ponderação.

Para o cálculo das probabilidades de selecção dos alojamentos, houve que ter em conta dois aspectos: 1º) a probabilidade de selecção das áreas da AM-2001 e 2º) a probabilidade de selecção dos alojamentos dentro das áreas seleccionadas na primeira etapa.

Na primeira etapa as áreas foram seleccionadas sistematicamente em cada estrato com probabilidade proporcional ao número de alojamentos de residência principal. Dentro de cada área seleccionada na primeira etapa, seleccionaram-se (segunda etapa) dois blocos sistemáticos de alojamentos sequenciais.

A probabilidade de selecção de cada alojamento calcula-se da seguinte forma:

1ª etapa (Seleção das áreas que constituem a AM-2001):

$$\pi_{jh} = s_h \times \frac{A_{jh}}{A_h} = \frac{A_{jh}}{I_h}$$

onde:

π_{jh} : probabilidade de selecção da área j no estrato h

s_h : número de áreas da AM-2001 seleccionadas no estrato h

A_{jh} : total de alojamentos de residência habitual (Censos 2001) na área j do estrato h

A_h : total de alojamentos de residência habitual (Censos 2001) do estrato h

I_h : passo do intervalo de selecção sistemática no estrato h

2ª etapa (Seleção dos alojamentos para o IE):

$$\pi_{i|jh} = \frac{n_{jh}}{A_{jh}}$$

onde:

$\pi_{i|jh}$: probabilidade de selecção do alojamento i condicionada à área j no estrato h

n_{jh} : número de unidades de alojamento seleccionadas na área j no estrato h

Portanto, a probabilidade final (π_{ijh}) de selecção do alojamento i na área j no estrato h , vem dada por:

$$\pi_{ijh} = \pi_{jh} \times \pi_{i|jh} = s_h \times \frac{n_{jh}}{A_h}$$

Como no IE são entrevistados todos os agregados e todos os indivíduos que considerem ser o alojamento seleccionado a sua residência principal, a probabilidade final associada a cada indivíduo i (π_{ijh}), é igual à probabilidade do alojamento i para o estrato h a que ele pertence.

Com efeito,

$$\pi_{l|ijh} = \pi_{ijh} \cdot \pi_{l|i,jh} = \pi_{ijh} \cdot \frac{m_{l,jh}}{m_{ijh}} = \pi_{ijh} \cdot 1 = \pi_{ijh},$$

onde:

π_{ijh} : a probabilidade de selecção do alojamento i na área j no estrato h

$\pi_{l|i,jh}$: probabilidade de selecção do agregado/indivíduo l condicionada ao alojamento i da área j no estrato h

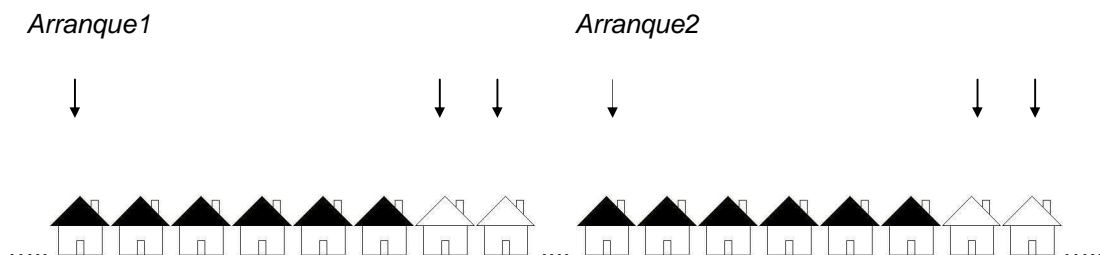
m_{ijh} : número de agregados/indivíduos no alojamento i da área j do estrato h

A escolha inicial dos alojamentos em cada área processou-se da seguinte forma:

- Em cada área ordenaram-se os alojamentos por código de distrito, município, freguesia, secção, subsecção, edifício e alojamento, de acordo com a codificação que lhes tinha sido atribuída nos Censos 2001 ou na operação de georreferenciação de edifícios e atribuiu-se a cada alojamento (de residência principal) um número sequencial de 1 a A , onde A representou o número total de alojamentos (de residência principal) nessa área.
- Determinou-se um número aleatório entre 1 e A ao qual se chamou *Arranque1* (identificador do alojamento a partir do qual são seleccionados alojamentos sequenciais).
- Calculou-se $Arranque2 = Arranque1 + A/2$. Nos casos em que $Arranque2 > A$, calculou-se $Arranque2 = Arranque1 - A/2$.
- Uma vez determinados os dois arranques, seleccionaram-se $n/2$ alojamentos sequenciais a partir de cada um dos arranques (n designa o número de alojamentos a seleccionar em cada área). Constituíram-se assim dois blocos ou segmentos de alojamentos sequenciais. Nos casos em que n é ímpar, um dos segmentos tem mais uma unidade que o outro.

Nas amostras seguintes, os alojamentos são seleccionados imediatamente a seguir ao último alojamento seleccionado em cada bloco/segmento, conforme se exemplifica na Figura 1.

Figura 1



Teoricamente, a melhor solução seria seleccionar os alojamentos de forma completamente aleatória, ou seja, através de um processo de amostragem aleatória simples. Contudo, este método levaria a que a amostra se dispersasse ainda mais, aumentando substancialmente os custos de deslocação. Assim, o método adoptado resulta de um compromisso entre o melhor do ponto de vista da amostragem e o melhor do ponto de vista orçamental.

A introdução do questionário novo e do modo de recolha misto no 1º trimestre de 2011 não implicou alteração na metodologia de selecção dos alojamentos para a constituição da amostra deste trimestre, uma vez que se considerou os alojamentos das cinco rotações do trimestre anterior e uma rotação com alojamentos novos seleccionados como anteriormente descrito.

Distribuição temporal

A dimensão total da amostra que serve as duas versões da NUTS é de 22 554 unidades de alojamento de residência principal.

O IE realiza-se trimestralmente estando a amostra distribuída uniformemente pelas 13 semanas que constituem cada trimestre. Cada área da amostra tem afectada uma semana pré-determinada denominada de “semana de referência”.

A amostra do IE é uma amostra do tipo painel com um esquema de rotação, no qual os alojamentos permanecem na amostra durante seis trimestres consecutivos. A amostra total está dividida em seis subamostras (rotações) e em cada trimestre cada subamostra é substituída por outra depois de ter sido observada seis vezes. Os alojamentos que saem da amostra são substituídos por outros da mesma área, enquanto as áreas permanecem fixas ao longo do tempo. Deste modo, tem-se uma sobreposição da amostra em 5/6 entre trimestres consecutivos, o que favorece o cálculo de indicadores de evolução (ou de variação). Além disso, este esquema permite reduzir a sobrecarga sobre os respondentes, a qual pode ter um efeito negativo na qualidade da informação prestada.

Software utilizado: SAS

24. DESENHO DO QUESTIONÁRIO

Metodologia seguida para o desenho do questionário

A construção do questionário em vigor a partir do 1º trimestre de 2011 seguiu duas grandes linhas orientadoras:

1. Adaptar o questionário ao novo modo de recolha da informação, conforme descrição no ponto 25 deste documento (objectivo principal).

2. Aumentar o grau de precisão da medição dos conceitos do inquérito, mediante a adopção integral das *Labour Force Survey Revised Explanatory Notes, 2008* (objectivo complementar).

Para a concretização do primeiro objectivo, foram adoptados três critérios chave de actuação: simplificar, padronizar e organizar.

A simplificação significou: (i) reduzir o questionário; (ii) desdobrar algumas questões num conjunto de questões mais simples, constituídas por apenas um estímulo para o respondente (uma questão para uma variável) e (iii) adoptar uma linguagem mais eficaz para a comunicação verbal e em que o estímulo de transmissão fosse unicamente auditivo.

A redução do questionário foi alcançada através de um trabalho prévio de identificação das variáveis e dos universos extra-regulamento comunitário, presentes no questionário do IE da série anterior (que vigorou do 1º trimestre de 1998 ao 4º trimestre de 2010). De seguida, elaborou-se uma versão reduzida do questionário, eliminando-se as variáveis referidas, o que constituiu a base para a construção do questionário novo (só as variáveis e os universos obrigatórios por Regulamento foram mantidos).

A simplificação implicou ainda uma análise questão a questão e a necessidade de, através de um processo de decomposição de cada questão, acrescentar, em determinadas situações, mais questões, privilegiando o formato de questões de escolha limitada (Sim/Não) e a redução da dimensão do texto das frases. Em termos quantitativos, o resultado final da simplificação significou que o novo questionário ficou sensivelmente com o mesmo número de questões (143) do questionário do IE da série anterior (145).

A padronização consistiu em transformar o questionário do IE numa entrevista estruturada em formato de guião. Desta forma, habilita-se os entrevistadores a adoptarem um procedimento padronizado, “fazendo todos o mesmo” para obter a informação. Esta característica pressupõe que:

- Na redacção das questões, tudo fosse transformado em formato de pergunta.
- Fossem definidos os protocolos das questões, quando necessários. Os protocolos são procedimentos de acção para cada questão e ajudas (uso de alguns termos alternativos, perguntas adicionais de esclarecimento, definições e procedimentos de como e quando usar a categoria “não sabe”, colocados junto das questões e acessíveis à vista do entrevistador).

A organização significou ponderar e adoptar um critério para a sequenciação dos módulos e das questões ao longo do questionário. Este critério privilegiou a unidade temática de conteúdo e a procura da melhor sequência temporal para o respondente.

Para a concretização do segundo objectivo avaliou-se e adaptou-se o questionário em termos de operacionalização dos conceitos e dos critérios previstos nas *Labour Force Survey Revised Explanatory Notes, 2008*.

Em simultâneo, procedeu-se a um trabalho de análise de coerência interna do questionário, ao nível de regras, percursos e viabilidade de imputação de valores.

Os questionários do LFS de outros países também foram consultados, bem como o “Inquérito ao Emprego – Manual do Entrevistador 2008” do IE da série anterior (que vigorou do 1º trimestre de 1998 ao 4º trimestre de 2010) e as *Labour Force Survey Revised Explanatory Notes, 2008*.

Posteriormente, testaram-se as decisões tomadas ao nível da linguagem e da coerência da sequência dos módulos, regras e percursos e ainda obter uma primeira estimativa do tempo da sua aplicação.

Testes de gabinete ao questionário

Durante o mês de Novembro de 2008, foram realizadas três acções destinadas a avaliar a situação actual da recolha CAPI e o desempenho da versão preliminar do questionário novo:

1. Depoimento de quatro entrevistadores CAPI:
 - Reunião com quatro entrevistadores experientes em CAPI, do IE; foi preparado um conjunto de tópicos de discussão para a reunião.
2. Depoimento dos respondentes e primeira estimativa da duração da entrevista:
 - Foram realizadas doze entrevistas (a dez técnicos do INE, a sua maioria pertencentes à equipa de projecto, e a duas pessoas não pertencentes ao INE).
 - Foram criados dez perfis para dez entrevistas; os perfis consistiram em situações tipificadas segundo algumas características obtidas através do questionário (empregado por conta de outrem; empregado por conta própria; não empregado com experiência anterior de trabalho; etc.) que foram adoptados pelos entrevistados.
 - Foi elaborado um conjunto de perguntas de opinião para o depoimento dos entrevistados; o depoimento foi recolhido logo após a conclusão da entrevista.
 - As entrevistas foram gravadas para aferição da sua duração e posterior análise do seu conteúdo.
3. Depoimento de um entrevistador CATI:
 - Foi apresentada a versão preliminar do questionário ao entrevistador, que procedeu à sua leitura, tendo este sugerido um conjunto de alterações que incidiram sobretudo na linguagem (tornando-a mais adaptada à linguagem oral).
 - Os testes realizados possibilitaram efectuar vários ajustamentos à versão preliminar do questionário.

Testes de campo

A operação piloto do IE foi utilizada para obter informação qualitativa sobre o desempenho do questionário, através da realização dos testemunhos orais dos entrevistadores e dos testes estatísticos pós-recolha, tendo-se procedido a alguns ajustamentos do questionário.

Tempo médio previsto para a realização da entrevista

As entrevistas realizadas durante a operação piloto do IE permitiram obter uma estimativa da duração da entrevista de cerca de 16 minutos, em média, para um alojamento com três indivíduos.

Número de indivíduos por unidade de alojamento	Duração média da entrevista por unidade de alojamento (minutos)
Total	15,2
1	11,3
2	13,6
3	16,3
4	18,3
5	21,9
6	24,7
7	30,7
8	36,6
9	29,1
10	41,1
11	36,3
14	58,0
15	90,0

25. RECOLHA DE DADOS

Período de referência dos dados

Semana de referência (semana pré-definida).

Período de recolha

Inquérito contínuo.

Contacto inicial

O contacto inicial é realizado através de carta de apresentação da operação a cada um dos alojamentos seleccionados para constituírem a amostra do IE. Quando a recolha da informação nestes alojamentos é realizada em modo CATI, é enviada uma nova circular com uma senha que permite confirmar a proveniência do contacto no momento da entrevista.

Modo de recolha

Estão previstos dois modos de recolha directa assistida por computador (modo misto): a primeira entrevista ao alojamento é presencial assistida por computador (CAPI); as entrevistas seguintes realizam-se através do telefone (CATI), fixo ou móvel, se e só se o agregado familiar a inquirir a isso der o seu acordo e puder disponibilizar um número de telefone válido, caso contrário as entrevistas continuarão a ser feitas presencialmente (CAPI).

Os alojamentos que já foram alvo de uma entrevista telefónica (CATI), conseguida ou não, voltarão a ser inquiridos presencialmente (CAPI) no trimestre seguinte, nas seguintes situações: se o alojamento tiver um número de telefone inválido ou não funcional; se os indivíduos do alojamento se recusaram a responder por telefone, se querem responder presencialmente ou se se verificarem algumas incapacidades por parte do respondente (devido a doença, desconhecimento da língua ou iliteracia).

Formação aos entrevistadores

Para a operação piloto do IE, a formação foi prevista nos seguintes moldes:

1. Para os entrevistadores CAPI foram previstos três momentos de formação:
 - Formação aos técnicos regionais do DRI – Departamento de Recolha de Informação do INE afectos ao projecto, com a duração de três dias, na qual se fez a apresentação das características do projecto, onde se leccionou o conteúdo do questionário e a metodologia da recolha da informação e onde se apresentou a nova aplicação informática de recolha.
 - Formação, de dois dias, aos entrevistadores CAPI sobre o novo questionário e a aplicação informática.
 - Formação, de dois dias, aos novos entrevistadores, dedicada exclusivamente às técnicas de entrevista.
2. Para os entrevistadores CATI foram previstos quatro momentos de formação:
 - Formação, de um dia, aos entrevistadores CATI sobre a aplicação de gestão de contactos (SICC), conceitos e procedimentos associados.

- Formação, de um dia e meio, aos entrevistadores CATI sobre o novo questionário e a aplicação informática.
- Formação, de um dia e meio, aos entrevistadores CATI dedicada exclusivamente às técnicas de entrevista telefónica.
- Prática integrada, de dois dias, onde foram realizadas simulações, nas quais os conhecimentos adquiridos nas sessões acima referidas foram praticados com o recurso às aplicações informáticas.

A documentação associada à formação foi composta pelo “Inquérito ao Emprego – Manual do Questionário”, pelo documento intitulado “A forma de realizar entrevistas no Inquérito ao Emprego” e ainda por um conjunto de *slides* que fizeram parte da apresentação visual da formação.

Insistências / Tratamento de recusas

Em ambos os modos de recolha (CAPI e CATI) é enviada uma circular aos alojamentos cujos residentes se recusaram a responder e são feitas tentativas de reversão por parte dos supervisores.

Critério utilizado para o fecho do inquérito

Três semanas após o final do período de referência.

Possibilidade de inquiridos *proxy*

Se o indivíduo a que respeita a informação estiver ausente ou não estiver em condições de responder, a informação poderá ser obtida através de outro indivíduo, com 15 ou mais anos, residente no alojamento apto a responder por ele (*proxy*). A resposta dos indivíduos com idade inferior a 15 anos apenas é admitida por indivíduos *proxy*.

Utilização de incentivos

Não se aplica.

Entrada de dados

Digitação.

Codificação

A codificação é manual para as variáveis actividades económicas e profissões, sendo efectuada pelos serviços internos do INE após a recolha. Para a variável áreas de educação e formação, a codificação é automática e, na impossibilidade de o entrevistador não poder efectuar a codificação no momento da entrevista, será manual, feita pós-recolha.

Software utilizado

No modo de recolha CAPI, a recolha dos dados é realizada em suporte informático, através da aplicação GPIE-REG. Esta aplicação foi desenvolvida pelo DMSI, em VISUAL BASIC 6.0, com recurso ao SGBD SQL*Server.

No modo de recolha CATI, a gestão dos contactos e a ligação à aplicação GPIE-REG é assegurada pela plataforma Altitude, assim como o módulo de supervisão.

26. TRATAMENTO DOS DADOS

No modo de recolha CAPI

A informação é recolhida através de microcomputador, sendo a aplicação de recolha dos entrevistadores presenciais (CAPI) executada em modo *off-line*, com recurso a uma base de dados local (amostra), instalada no microcomputador de cada entrevistador através do MIA (Módulo de Instalação de Aplicações). Os dados registados por cada entrevistador são enviados para o INE via processo de transferência de ficheiros. O processo de transferência de ficheiros permite ao entrevistador, no seu microcomputador, colocar uma exportação de dados para ficheiros ASCII, devidamente identificada, directamente no INE, num sistema de ficheiros, sendo notificado caso exista algum problema. Os ficheiros são transferidos em formato compactado e com um nome que os permite identificar e não sobrepor.

Na sequência do processo de transferência de ficheiros, é invocado um processo que importa os dados ASCII recebidos para dentro da base de dados da operação estatística. Com este processo é garantida fiabilidade e a rapidez na transferência de ficheiros do microcomputador do entrevistador para o INE, sendo a comunicação garantida pela utilização de placas 3G.

A base de dados da operação estatística pode ser acedida pelos Núcleos Regionais de Recolha, pelo SREA, pela DREM e pela Coordenação Nacional da Recolha, tendo cada um acesso apenas dos dados que estão sob a sua responsabilidade.

No modo de recolha CATI

A aplicação de recolha e a plataforma de centro de contactos são disponibilizadas nos computadores dos entrevistadores telefónicos (executadas em modo *on-line* sobre a base de dados), sendo as amostras carregadas centralmente (Continente, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores).

Tanto no modo de recolha CAPI, como no modo de recolha CATI, o registo e as validações (validações de percurso e validações de coerência) são feitos no acto da entrevista.

Em cada Núcleo Regional de Recolha (Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro), no SREA e na DREM, é assegurada a codificação, bem como a validação da informação (para identificar falhas de registo, problemas de codificação e eventuais inconsistências nos valores de algumas variáveis), de acordo com os prazos e procedimentos definidos no Plano de Análise e Validação do IE.

O *software* utilizado para exploração da base de dados é o *Business Intelligence* (operacional e *Datawarehouse*), que permite o apuramento de qualquer variável, de acordo com as especificações pretendidas, desde que previstas no inquérito e respeitando a qualidade da informação (atendendo aos erros de amostragem que lhe estejam associados).

27. TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS

Não resposta total

O tratamento das não respostas consiste na aplicação de um factor de correcção no ponderador inicial de cada unidade.

Software utilizado: R⁵

Não resposta parcial

Não é aplicado nenhum método de imputação às variáveis para as quais não se obteve resposta por parte do inquirido (devido a “Não sabe” ou a “Recusa”). No entanto, a maior parte das variáveis que integram o questionário do IE são de resposta obrigatória. As variáveis de tipo contínuo, nomeadamente as horas trabalhadas e a duração total da procura de emprego,

⁵ O *Software* R, desenvolvido pelo “R Development Core Team”, encontra-se disponível em <http://www.R-project.org>.

permitem a opção de resposta “Não sabe”. A variável rendimento permite as opções de resposta “Não sabe” ou “Recusa”.

28. ESTIMAÇÃO E OBTENÇÃO DE RESULTADOS

O cálculo das estimativas tem como base a aplicação, a cada unidade estatística k da amostra s , de um ponderador que resulta do produto de três factores:

- um ponderador inicial, baseado no desenho da amostra;
- um factor de correcção para as não respostas para compensar o efeito provocado por estas na dimensão da amostra;
- um factor que calibra (ou ajusta) a amostra, para efectivos ou totais conhecidos sobre a população utilizando informação externa ao inquérito, através de um método denominado “ajustamento por margens”.

Se o parâmetro a estimar for um total (\hat{Y}) ou um quociente (\hat{R}), a expressão do estimador será, respectivamente,

$$\hat{Y} = \sum_{k \in s} w_k y_k \quad \text{e} \quad \hat{R} = \frac{\hat{Y}}{\hat{Z}} = \frac{\sum_{k \in s} w_k y_k}{\sum_{k \in s} w_k z_k},$$

onde:

\hat{Z} : estimador do total da característica Z

y_k : valor da característica Y para a unidade k da amostra

z_k : valor da característica Z para a unidade k da amostra

w_k : ponderador final associado à unidade k da amostra

A definição do ponderador inicial (d_k) vem dada por:

$$d_k = \pi_k^{-1} \cdot \frac{\hat{X}_r}{\sum_{k=1}^{x_r} \pi_k^{-1}},$$

onde:

π_k^{-1} : inverso da probabilidade de selecção da unidade k

\hat{X}_r : estimativa independente da população na região r (NUTS III) a que pertence a unidade k

x_r : número de unidades que responderam na amostra na região r (NUTS III) a que pertence a unidade k

$\sum_{k=1}^{x_r} \pi_k^{-1}$: representa a soma dos inversos das probabilidades de selecção das unidades que pertencem à mesma região r (NUTS III) onde se inclui a unidade k

Refira-se ainda que o ponderador definido anteriormente, independentemente do trimestre em causa, já inclui uma correcção para as não respostas.

O método do “ajustamento por margens” consiste em escolher uma função que minimiza as distâncias entre os ponderadores iniciais⁶ e os ponderadores finais ajustados, sujeita às condições de ajustamento. Estas condições garantem que as variáveis auxiliares, extrapoladas com os ponderadores ajustados, sejam iguais aos totais populacionais conhecidos.

Para a solução prática deste problema, utiliza-se o *package survey* do *software R*⁷ que efectua o cálculo das estimativas e respectiva precisão. A estimação da variância é calculada pelo método JACKKNIFE⁸.

O *package survey* dispõe de várias funções de distância, à escolha do utilizador, sendo a utilizada no IE a do “método logit (método *ranking ratio* com limites)” e que é dada por:

$$G(x) = \begin{cases} \left((x-L) \log \frac{x-L}{1-L} + (U-x) \log \frac{U-x}{U-1} \right) \frac{1}{A}, & \text{se } L < x < U \\ \left((U-L) \log \frac{U-L}{U-1} \right) \frac{1}{A}, & \text{se } x \leq L \\ \left((U-L) \log \frac{U-L}{1-L} \right) \frac{1}{A}, & \text{se } x \geq U \end{cases}$$

$$\text{em que } A = \frac{U-L}{(1-L)(U-1)} \quad \text{e} \quad F(u) = \frac{L(U-1) + U(1-L)\exp(Au)}{U-1 + (1-L)\exp(Au)} \in IR$$

Este método tem a vantagem de conduzir sempre a pesos positivos e de garantir que a relação entre os ponderadores ajustados (finais) e os ponderadores iniciais, (w_k/d_k) , seja limitada inferiormente por L e superiormente por U .

Na série a iniciar no 1º trimestre de 2011, as margens utilizadas são as seguintes:

⁶ Nesta fase, os ponderadores iniciais já estão multiplicados pelo factor de correcção para as não-respostas, caso existam.

⁷ O *Software R*, desenvolvido pelo “R Development Core Team”, encontra-se disponível em <http://www.R-project.org> e o *package survey*, da autoria de Thomas Lumley, encontra-se disponível em <http://www.cran.r-project.org>.

⁸ O método JACKKNIFE encontra-se descrito no ponto 31. Avaliação da Qualidade Estatística.

- população por região NUTS II (NUTS – 2002), sexo e escalão etário (0 a 4 anos; ...; 10 a 14 anos; 15 a 17 anos; 18 a 19 anos; 20 a 24 anos ...; 70 a 74 anos; 75 e mais anos);
- população por região NUTS III ou agregações de regiões NUTS III e sexo;
- população por região NUTS III ou agregações de regiões NUTS III e escalão etário (0 a 14 anos; 15 a 24 anos; 25 a 34 anos; 35 a 44 anos; 45 a 64 anos; 65 e mais anos).

Software utilizado: R (*package survey*)

29. SÉRIES TEMPORAIS

Inquérito Permanente ao Emprego: do 2º semestre de 1974 ao 2º semestre de 1982

Inquérito ao Emprego – 1ª série: do 2º trimestre de 1983 ao 4º trimestre de 1991

Inquérito ao Emprego – 2ª série: do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1997

Inquérito ao Emprego – 3ª série: do 1º trimestre de 1998 ao 4º trimestre de 2010

Inquérito ao Emprego – 4ª série: desde o 1º trimestre de 2011

Devido às características de cada uma das séries de dados do IE, não são viáveis as comparações directas das estimativas provenientes de séries diferentes.

Na página seguinte é apresentado um quadro comparativo das características de todas estas séries.

Quadro comparativo						
Designação Características	Inquérito Permanente ao Emprego	Inquérito ao Emprego - 1ª série	Inquérito ao Emprego - 2ª série	Inquérito ao Emprego - 3ª série		Inquérito ao Emprego - 4ª série
Data de referência da informação	2º sem. 1974 a 2º sem. 1982	2º trim. 1983 a 4º trim. 1991	1º trim. 1992 a 4º trim. 1997	1º trim. 1998 a 4º trim. 2010		desde o 1º trim. 2011
Periodicidade	Semestral	Trimestral	Trimestral	Trimestral		Trimestral
Base de Amostragem	-	Amostra-Mãe 1981	Amostra-Mãe 1991	Amostra-Mãe 1996	Amostra-Mãe 2001	Amostra-Mãe 2001
Dimensão total da amostra	13 300 unidades de alojamento	36 200 unidades de alojamento	22 000 unidades de alojamento	20 747 unidades de alojamento	22 554 unidades de alojamento	22 554 unidades de alojamento
Tipo de amostra	Areolar (a partir dos Censos de 1970); Uma amostra para trimestres pares e outra os trimestres ímpares	Areolar (a partir dos Censos de 1981)	Probabilística areolar multietápica (a partir dos Censos de 1991)	Probabilística areolar multietápica (a partir da amostra-mãe de 1996, até 2003; a partir dos Censos de 2001, desde 2003);		Probabilística areolar multietápica (a partir dos Censos de 2001);
Rotatividade da amostra	-	1/4 por trimestre	1/6 por trimestre	1/6 por trimestre		1/6 por trimestre
Recolha da informação	-	Ao longo de 5 semanas dentro do trimestre	Ao longo de 6 semanas dentro do trimestre	Distribuição uniforme das secções pelas 13 semanas do trimestre		Distribuição uniforme das secções pelas 13 semanas do trimestre
Período de referência	Semana anterior à entrevista	Semana anterior à entrevista	Semana anterior à entrevista	Semana fixa pré-definida		Semana fixa pré-definida
Desagregação geográfica da informação disponibilizada	Continente	Portugal	Portugal e NUTS II	Portugal e NUTS II		Portugal e NUTS II
Extrapolação	-	Ponderador nacional	Ponderadores por região NUTS II (*)	Ponderadores por região, sexo e grupos etários quinquenais (*)		Ponderadores por região, sexo e grupos etários quinquenais (*)
Idade de referência da população activa	10 ou mais anos	12 ou mais anos	14 ou mais anos	15 ou mais anos		15 ou mais anos
Nomenclaturas utilizadas para actividades e profissões	CAE Rev.1; CIP68	CAE Rev.1; CIP68	NACE Rev.1; CIP88	CAE Rev.2 (CAE Rev. 2.1, de 2003 a 2009; CAE Rev. 3, desde 2008); CNP94		CAE Rev.3; CPP10
Outras características	Difusão limitada a um número restrito de quadros em papel	Conceitos mais próximos dos recomendados pela Organização Internacional do Trabalho	Introdução da entrevista CAPI (<i>Computer Assisted Personal Interviewing</i>); Codificação assistida das actividades e profissões	Cumprimento integral do Regulamento 577/98		Cumprimento integral do Regulamento 577/98; Introdução da entrevista CATI (<i>Computer Assisted Telephone Interviewing</i>)
Questionário						
Total de questões	25	56	174	155/145 (**)		143
Questões comuns	-	-	132	119		141 (***)
Questões novas	-	-	-	36		2
Questões eliminadas	-	-	42	-		25

(*) Para maior detalhe veja-se o anexo Histórico Calibração.pdf.

(**) No início da 3ª série, o questionário continha 155 questões. Ao longo da série este sofreu algumas modificações, contabilizando 145 questões no final da série.

(***) No Inquérito ao Emprego – 4ª série há questões que resultam da desagregação de questões da série anterior.

30. CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS

Para além da eliminação dos campos de identificação, como por exemplo o nome, a morada, ou outros capazes de identificar por si só a unidade de observação, às bases de microdados disponibilizadas aos utilizadores são aplicados critérios mais abrangentes que, à partida, não só preservem o anonimato dos indivíduos inquiridos, como também evitem a utilização de dados desagregados a níveis inadequados às características metodológicas deste tipo de inquéritos.

Os critérios considerados são os seguintes:

- o código do campo “área”, que corresponde ao local de residência, é agregado e substituído pelo correspondente código de região NUTS II;
- eliminação da data de nascimento;
- distrito/município do local de trabalho agrupado em região NUTS II;
- distrito/município de residência 1 ano antes agrupado em região NUTS II;
- restrição dos níveis de desagregação das variáveis codificadas, de acordo com as nomenclaturas de actividade económica e profissão, a 2 dígitos.

A agregação dos campos “área”, “distrito/município do local de trabalho” e “distrito/ município de residência 1 ano antes” em código de região NUTS II é disponibilizada segundo a antiga e a nova nomenclatura das unidade territoriais para fins estatísticos.

Software utilizado: SAS.

31. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE ESTATÍSTICA

Precisão

1. Erros não devidos à amostragem

De momento está em curso um trabalho de adaptação do actual Inquérito de Qualidade ao novo modo de recolha do IE.

2. Erros de amostragem

2.1. Tipo de estimador utilizado e software usado no seu cálculo

Quando se está perante um esquema de amostragem complexo ou de estimadores não lineares, como é o caso dos estimadores baseados numa ponderação de pós-estratificação ou de ajustamento por margens, em que não existe nenhuma fórmula

específica para o cálculo da variância, pode utilizar-se um método denominado JACKKNIFE.

Este método consiste em dividir aleatoriamente a amostra s em g grupos de igual dimensão, denominados “réplicas” e constituir subamostra retirando à amostra completa cada um dos grupos. A partir de cada subamostra calcula-se a estimativa da característica em relação à qual se pretende calcular o erro de amostragem. Uma vez calculadas todas as estimativas com cada uma das subamostras, assim como a estimativa dada pela amostra completa, o estimador da variância vem dado por:

$$\text{vâr}(\hat{\theta}) = \frac{(g-1)}{g} \sum_{\alpha=1}^g (\hat{\theta}_{\alpha} - \hat{\theta})^2,$$

onde $\hat{\theta}$ é um estimador de θ e $\hat{\theta}_{\alpha}$ o estimador de θ quando se retira da amostra completa a réplica α .

Pode falar-se em precisão de um estimador em termos absolutos ou em termos relativos. A variância ou o desvio padrão são medidas do erro absoluto e são sempre calculados na mesma unidade das observações. O coeficiente de variação (cv) de um estimador $\hat{\theta}$ é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. Genericamente, o cv (em %) vem dado por:

$$cv(\hat{\theta}) = \frac{\sqrt{\text{vâr}(\hat{\theta})}}{\hat{\theta}} \times 100\%.$$

Software utilizado: R (package survey)

2.2. Intervalos de confiança utilizados

Ao calcular-se o coeficiente de variação de um estimador pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor do parâmetro que se pretende estimar – θ .

Segundo a teoria da amostragem,

- $\theta \in [\hat{\theta} \pm cv(\hat{\theta}) \cdot \hat{\theta}]$, com um nível de confiança de 68%
- $\theta \in [\hat{\theta} \pm 1,96 \cdot cv(\hat{\theta}) \cdot \hat{\theta}]$, com um nível de confiança de 95%

2.3. Critérios de avaliação dos indicadores de qualidade

A disponibilização da informação do IE assenta no seguinte:

- divulgação, sempre que possível, do coeficiente de variação associado a cada variável
- disponibilização de estimativas trimestrais de valor igual ou superior a 7500⁹ indivíduos
- disponibilização de estimativas anuais de valor igual ou superior a 4500¹⁰ indivíduos

Coerência e comparabilidade

Comparabilidade com os países da União Europeia, decorrente da aplicação do Regulamento (CE) n.º 577/98 do Conselho, de 9 de Março de 1998, e dos conceitos internacionais da OIT.

32. RECOMENDAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Conselho Superior de Estatística.

Eurostat (Regulamento (CE) n.º 577/98 do Conselho, de 9 de Março de 1998).

Labour Force Survey Revised Explanatory Notes, 2008.

III – CONCEITOS

2052 – Actividade principal: Actividade que representa a maior importância no conjunto das actividades exercidas por uma unidade de observação estatística.

Nota: O critério adequado para a sua aferição é o representado pelo valor acrescentado bruto ao custo dos factores. Na impossibilidade da sua determinação por este critério, considera-se como principal a que representa o maior volume de negócios ou, em alternativa, a que ocupa, com carácter de permanência, o maior número de pessoas ao serviço.

2414 – Actividade principal do indivíduo: Considera-se como actividade principal do indivíduo aquela em que habitualmente trabalha mais horas no período de referência, sendo o ramo de actividade aquele que ocupar maior número de pessoas no estabelecimento onde trabalha.

⁹ Estudos elaborados mostram que estimativas abaixo deste valor têm associados, em média, coeficientes de variação superiores a 20%.

¹⁰ *Idem.*

2415 – Actividade secundária do indivíduo: Actividade exercida pelo indivíduo, para além da actividade principal.

159 – Agregado doméstico privado: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

Nota: Os hóspedes com pensão alimentar, os casais residindo com os pais e os filhos/hóspedes, bem como outras pessoas, são incluídos no agregado doméstico privado, desde que as despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) sejam, habitualmente, suportadas por um orçamento comum. São ainda considerados como pertencentes ao agregado doméstico privado o(a)s empregados domésticos que coabitem no alojamento.

1482 – Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da colectividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

1484 – Alojamento colectivo: Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família, e que no momento de referência está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes.

Nota: Como alojamento colectivo entende-se os estabelecimentos hoteleiros e similares e os alojamentos de convivência.

1485 – Alojamento familiar: Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Nota: O alojamento familiar pode ser clássico e não clássico.

1486 – Alojamento familiar clássico: Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Nota: As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo.

7050 – Alojamento familiar de residência habitual: Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.

4528 – Alojamento familiar de residência principal: *vide* Alojamento familiar de residência habitual.

4488 – Alojamento familiar de residência secundária: Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.

2113 – Alojamento inexistente: Alojamento que se encontra na lista da amostra mãe, mas não existe na área geográfica em causa; inclui alojamentos demolidos.

1488 – Alojamento familiar não clássico: Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência.

Notas: Incluem-se a barraca, o alojamento móvel, a casa rudimentar de madeira e o alojamento improvisado, entre outros não destinados à habitação.

1489 – Alojamento familiar ocupado com uso sazonal: *vide* Alojamento familiar de residência secundária.

1493 – Alojamento móvel: Alojamento familiar não clássico em instalação construída para ser transportada ou que seja uma unidade móvel (barco, caravana, entre outros).

3849 – Aprendizagem formal: Educação ou formação ministradas em instituições de educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

3851 – Aprendizagem não-formal¹¹: Formação que decorre normalmente em estruturas institucionais, devendo conferir um certificado de frequência de curso. Esta certificação não é, normalmente reconhecida, pelas autoridades nacionais, não permitindo a progressão na sucessão hierárquica de níveis de educação e formação.

3853 – Área de educação e formação: Conjunto de programas de educação e formação, agrupados em função da semelhança dos seus conteúdos principais, não se atribuindo relevância ao nível de educação ou formação ou à complexidade das aprendizagens.

2417 – Associação Sindical: Associação permanente de trabalhadores para defesa e promoção dos seus interesses sócio-profissionais, entre outros.

¹¹ A aprendizagem não-formal pode ou não conferir certificação e abrange todas as actividades de aprendizagem, monitorizadas presencialmente ou à distância, pressupondo sempre a existência de um professor, monitor, congressista, seminarista ou outro.

160 – Casado: *vide* Casado com registo e Casado sem registo.

161 – Casado com registo: Situação de estado civil (legal) de toda a pessoa que tenha contraído casamento.

162 – Casado sem registo: Situação de toda a pessoa que, independentemente do seu estado civil (legal), viva em situação idêntica à de casado, não a tendo legalizada.

163 – Casado “de facto”: *vide* Casado sem registo.

3342 – Centro de Emprego: Órgão executivo local dependente das delegações regionais do IEFP e cujas competências são: incentivar e promover, em articulação com o meio socioeconómico da respectiva área geográfica de intervenção, a realização de acções conducentes à adequada organização, gestão e funcionamento do mercado de emprego envolvente.

1456 – Condição perante o trabalho: Situação do indivíduo perante a actividade económica no período de referência, podendo ser considerado activo ou inactivo

1459 – Desempregado¹²: Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para selecção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inactivo.

1460 – Desempregado à procura de novo emprego: Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

1461 – Desempregado à procura do primeiro emprego: Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

¹² Na 4ª série do IE (desde o 1º trimestre de 2011) introduziu-se os 74 anos como limite etário superior para os indivíduos desempregados.

2106 – Desempregado de longa duração: Indivíduo desempregado à procura de emprego há 12 ou mais meses.

1747 – Despedimento: Cessação individual ou colectiva do(s) contrato(s) de trabalho, promovida pela entidade empregadora.

1748 – Despedimento colectivo: Cessação de contratos de trabalho, promovida pela entidade empregadora operada simultânea ou sucessivamente no período de três meses, que abranja, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respectivamente, de empresas com dois a cinquenta trabalhadores, ou mais de cinquenta trabalhadores, sempre que aquela ocorrência se fundamente em encerramento definitivo da empresa, encerramento de uma ou várias secções ou redução do pessoal determinada por motivos estruturais, tecnológicos ou conjunturais.

1468 – Doméstico: Indivíduo que, não tendo um emprego nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas no seu próprio lar.

282 – Duração efectiva de trabalho: Número de horas efectivamente trabalhadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias.

283 – Duração habitual de trabalho: Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

284 – Duração normal de trabalho: Número de horas de trabalho, referidas ao dia ou à semana, estabelecidas por lei, em Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho, no Contrato Individual de Trabalho, ou na falta destes elementos, por normas ou usos da empresa/instituição, em relação às categorias de trabalhadores considerados, e corresponde ao período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário.

1469 – Empregado: Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

174 – Estado civil: Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado.

296 – Horas extraordinárias: *vide* Trabalho suplementar.

2107 – Horas extraordinárias não remuneradas: Horas efectuadas para além da duração normal de trabalho não sendo, contudo, remuneradas.

297 – Horas extraordinárias remuneradas: Horas efectuadas para além da duração normal de trabalho e que são remuneradas a taxas majoradas em relação à remuneração das horas normais.

180 – Idade: Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as 0 horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.

5674 – Inactivo desencorajado: Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, não tem trabalho remunerado nem qualquer outro, pretende trabalhar, está ou não disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não, mas que não fez diligências no período de referência para encontrar trabalho, com os seguintes motivos para o desencorajamento: considera não ter idade apropriada, considera não ter instrução suficiente, não sabe como procurar, acha que não vale a pena procurar ou acha que não há empregos disponíveis.

5673 – Inactivo disponível: Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, não tem trabalho remunerado nem qualquer outro, pretende trabalhar, está disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não, mas que não fez diligências no período de referência para encontrar trabalho.

2408 – Membro de cooperativa de produção: Indivíduo que exerce uma actividade independente, e que a esse título, pertence a uma cooperativa produtora de bens e/ou serviços na qual cada membro toma parte, em pé de igualdade, na organização da produção e em outras actividades da cooperativa, decidindo sobre os investimentos a efectuar e sobre a repartição dos lucros entre os seus membros.

198 – Nacionalidade: Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser consideradas com a nacionalidade que detinham anteriormente.

201 – Naturalidade: Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

3895 – Nível de ensino: Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

3896 – Nível de escolaridade: Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.

2386 – Pagamentos em géneros: Valor dos bens e serviços cedidos ao trabalhador pelo empregador como parte da sua remuneração. Na óptica do custo, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser avaliados a preços de custo, se produzidos pelo empregador, ou a preço de aquisição (isto é, o preço efectivamente pago pelo empregador), se adquiridos pelo empregador. Se forem fornecidos gratuitamente, o valor total dos pagamentos em géneros é calculado segundo os preços de custo (ou preços de aquisição pelo empregador, se adquiridos por este) dos bens e serviços, ou outros benefícios em questão. Se forem fornecidos a preços reduzidos, o valor é dado pela diferença entre o cálculo acima indicado e o montante pago pelo empregador. Na óptica dos ganhos, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser medidos com base no valor que o trabalhador teria despendido para os adquirir. São exemplo: o fornecimento de viatura da empresa, telefone, gás, electricidade, gasolina, vestuário, pagamento de passes sociais, computadores pessoais, produtos alimentares e bebidas (com excepção das despesas para cantinas e das senhas de refeição), cartões de crédito, etc.. Inclui igualmente a cedência de habitação pelo empregador ao trabalhador e os empréstimos, a uma taxa de juro bonificada, destinados à construção ou à compra da habitação para os trabalhadores.

3063 – País de residência: País no qual um indivíduo é considerado residente: 1) se possuir a sua habitação principal no território económico desse país durante um período superior a um ano (12 meses); 2) se tiver vivido nesse país por um período mais curto e pretenda regressar no prazo de 12 meses, com a intenção de aí se instalar, passando a ter nesse local a sua residência principal.

Nota: A residência de um indivíduo é determinada pela do agregado familiar à qual pertence e não pelo local de trabalho, mesmo que atravesse a fronteira para trabalhar ou passe alguns períodos de tempo fora da sua residência. Incluem-se, nesta situação, os trabalhadores de fronteira e sazonais e os estudantes.

1476 – População activa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

1477 – População inactiva: Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados.

2394 – Profissão: Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

2402 – Profissão principal: Profissão que o indivíduo ocupou mais tempo, no período de referência.

5095 – Reformado: Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.

3041 – Saídas de pessoal por mútuo acordo: Saídas de trabalhadores por rescisão do contrato por iniciativa do trabalhador ou por iniciativa da entidade empregadora, resultante de um acordo entre ambas as partes.

3905 – Sistema de educação e formação: Compreende o sistema de educação e formação dos Ministérios que tutelam as áreas da Educação, do Ensino Superior e do Trabalho, e os sistemas de formação que atribuem certificação reconhecida.

2405 – Situação na profissão: Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

1478 – Subemprego visível: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tinham um trabalho com duração habitual de trabalho inferior à duração normal do posto de trabalho e que declararam pretender trabalhar mais horas.

2756 – Taxa de actividade: Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

Fórmula de cálculo: $T.A. (\%) = (População\ activa / Total\ da\ População) \times 100$

3294 – Taxa de actividade (15 e mais anos): Taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

Fórmula de cálculo: $T.A. (\%) = (Pop.\ activa / Pop.\ com\ 15\ e\ mais\ anos) \times 100$

2757 – Taxa de desemprego: Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

Fórmula de cálculo: $T.D. (\%) = (População\ desempregada / População\ activa) \times 100$

1403 – Taxa de desemprego de longa duração: Taxa que permite definir o peso da população desempregada há 12 ou mais meses sobre o total da população activa.

Fórmula de cálculo: $T.D. (\%) = (População\ desempregada\ há\ 12\ ou\ mais\ meses / População\ activa) \times 100$

5596 – Taxa de emprego (15 e mais anos): Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

Fórmula de cálculo: $T.E. (\%) = (População\ empregada / População\ com\ 15\ e\ mais\ anos) \times 100$

1445 – Taxa de inactividade (15 e mais anos): Taxa que permite definir a relação entre a população inactiva em idade activa (com 15 e mais anos de idade) e a população total em idade activa.

Fórmula de cálculo: T.I. (%) = (População inactiva com 15 e mais anos / População com 15 e mais anos) x 100

303 – Trabalhador a tempo completo: Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

304 – Trabalhador a tempo parcial: Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

1754 – Trabalhador com contrato a termo: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: 1) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; 2) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

1798 – Trabalhador com contrato permanente: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

2411 – Trabalhador familiar não remunerado¹³: Indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

2412 – Trabalhador por conta de outrem: Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

2413 – Trabalhador por conta própria: Indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

2407 – Trabalhador por conta própria como empregador: Indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

¹³ No IE, um trabalhador familiar não remunerado é um indivíduo que trabalha, sem ser pago, na empresa, negócio ou exploração agrícola (orientada para o mercado) de um familiar com o qual vive.

2450 – Trabalhador por conta própria como isolado: Indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para trabalhar(em) com ele. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

1805 – Trabalhador temporário: Indivíduo que celebra com uma empresa de trabalho temporário um contrato de trabalho temporário, pelo qual se obriga a prestar a sua actividade profissional a utilizadores, a cuja autoridade e direcção fica sujeito, mantendo, todavia, o vínculo jurídico-laboral à empresa de trabalho temporário, sendo por esta remunerada.

306 – Trabalho suplementar: Horas efectuadas para além da duração normal de trabalho. As horas extraordinárias são contadas em função das horas efectivamente trabalhadas e não em função das somas por elas pagas. Exclui o tempo de trabalho para além do período normal prestado por trabalhadores com isenção de horário em dia normal de trabalho e o trabalho prestado para compensar suspensões de actividade de duração não superior a 48 horas seguidas ou interpoladas por um dia de descanso ou feriado, quando haja acordo entre a entidade empregadora e os trabalhadores.

Notas explicativas

Alojamento familiar inlocalizável: Alojamento familiar referenciado na amostra que, esgotadas todas as possibilidades, não foi possível localizar no momento de observação.

IV – CLASSIFICAÇÕES

V02014 – Classificação Portuguesa de Profissões, Versão 2010 (CPP-10)

V00017 – Código da Divisão Administrativa (Distritos/Municípios/Freguesias)

V00033 – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2001 (NUTS)

V00034 – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2002 (NUTS)

V00083 – Código Postal

V00128 – Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF), 2003

V00153 – Sexo

V00180 – Tipologia Sim/Não

V00262 – Classificação de Estado Civil

V00293 – Lista de Abreviaturas do Tipo de Via

V00294 – Lista de Abreviaturas dos Títulos

V00295 – Lista de Abreviaturas dos Tipos de Edifícios

V00300 – Situação na profissão, Variante 1

V00307 – Regime de duração de trabalho

V00460 – ISO 3166-1 – Norma Internacional – Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)

V00470 – Geografia, Censos de 2001 (12/03/2001) (distrito a subsecção)

V00554 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev. 3)

V00785 – Níveis de educação, Variante 12

V00786 – Níveis de educação (iniciados), Variante 14

V00911 – Situação na Profissão, Variante 3

V01640 – Escalões de pessoal ao serviço (ICOR 110; >=50; não sabe/não responde)

V01936 – Situação do Alojamento, 2009

V01937 – Resultado do Contacto/Entrevista, 2009 (indivíduo)

V02131 – Resultado do Contacto Telefónico (Bloco Comum)

V02516 – Situação residencial do indivíduo

V02517 – Relação com o representante do alojamento (IE)

V02518 – Tipos de respondente

V02519 – Razões para não resposta do próprio

V02520 – Tipos de trabalho não remunerado (2)

V02521 – Destino da produção (1)

V02522 – Razões para não ter trabalhado (3)

V02523 – Previsão para o regresso ao emprego

V02524 – Escalões de valor do montante recebido

V02525 – Condição perante o trabalho (auto-classificação IE4)

V02526 – Tipos de contrato de trabalho, Variante 8

V02527 – Entidade com quem foi estabelecido o contrato de trabalho

V02528 – Duração do contrato de trabalho (c/ termo; prestação de serviços)

V02529 – Razões para ter um contrato de trabalho de duração limitado

V02530 – Razões para não ter trabalhado a tempo inteiro

V02531 – Razões para ter trabalhado menos horas que o habitual

V02532 – Razões para a necessidade de prestar cuidados a crianças/pessoas incapacitadas/idosos

V02533 – Situação na profissão, Variante 11

V02534 – Razões para ter trabalhado mais horas do que o habitual

V02535 – Escalões de número de dias (1)

V02536 – Modo de trabalhar as horas adicionais

V02537 – Razões para não poder começar a trabalhar

V02538 – Razões para querer arranjar trabalho

V02539 – Escala de opinião 43 (mais horas; menos horas)

V02540 – Regime de duração do trabalho procurado

V02541 – Razões para o contacto com o Centro de Emprego

V02542 – Razões para não ter procurado emprego/trabalho

V02543 – Período a partir do qual vai começar a trabalhar

V02544 – Situação anterior à procura de trabalho

V02545 – Razões para ter deixado de trabalhar

V02546 – Tipologia sim/não (sim, no mesmo município; não, noutro país)

V02547 – Escalões do número de dias (2)

V02548 – Diligências para encontrar trabalho (2)

V02550 – Âmbito do curso

V00157 – Classificação de níveis de educação para fins estatísticos

V – VARIÁVEIS

33. VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO



Variáveis
Observ-IEacorririr.xls

34. VARIÁVEIS DERIVADAS



Variáveis
DerivadasIE_acorrir

Designação	Fórmula de cálculo
Condição perante o trabalho (CPT)	
EMPREGADOS	
Empregado civil	V1141>14 e (V1280=1 ou V1290=1 ou V1300=1 ou V1300=2 ou V1310=1 ou V1330=2 ou V1330=3 ou V1350=1 ou V1350=2 ou V1360=1 ou V1380=1) e (V1443<>011 e V1443<>021 e V1443<>031)
Militar de carreira	V1141>14 e (V1280=1 ou V1290=1 ou V1300=1 ou V1300=2 ou V1310=1 ou V1330=2 ou V1330=3 ou V1350=1 ou V1350=2 ou V1360=1 ou V1380=1) e (V1443=011 ou V1443=021 ou V1443=031)
DESEMPREGADOS	
Desempregado – 1º emprego	V1141>14 e (V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2)) e ((V1990=1 e ((V2140=1 e (V2150=1 ou V2151=1 ou V2152=1)) ou V2141=1 ou V2142=1 ou V2143=1 ou V2144=1 ou V2145=1 ou V2146=1 ou V2147=1 ou V2148=1) e V2120=1) ou (V2010=1 e V2120=1)) e V2200=2
Desempregado – novo emprego	V1141>14 e (V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2)) e ((V1990=1 e ((V2140=1 e (V2150=1 ou V2151=1 ou V2152=1)) ou V2141=1 ou V2142=1 ou V2143=1 ou V2144=1 ou V2145=1 ou V2146=1 ou V2147=1 ou V2148=1) e V2120=1) ou (V2010=1 e V2120=1)) e V2200=1
INACTIVOS	
Estudante com 15 e mais anos	(V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2)) e (V1390=3 ou V2330=1 ou V2340=1 ou V2410=1)
Doméstico	(V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2)) e V1390=6
Reformado	(V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2)) e V1390=4
Outro inactivo	V1141<15 ou ((V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2)) e (V1390=1 ou V1390=2 ou V1390=5 ou V1390=7 ou V1390=8))

Designação	Fórmula de cálculo
Situação na profissão principal	
Trabalhador por conta de outrem	(V1141>14 e (V1280=1 ou V1290=1 ou V1300=1 ou V1300=2 ou V1310=1 ou V1330=2 ou V1330=3 ou V1350=1 ou V1350=2 ou V1360=1 ou V1380=1)) e (V1340=1 ou

Trabalhador por conta própria como isolado	(V1141>14 e (V1280=1 ou V1290=1 ou V1300=1 ou V1300=2 ou V1310=1 ou V1330=2 ou V1330=3 ou V1350=1 ou V1350=2 ou V1360=1 ou V1380=1)) e ((V1340=2 e V1350=2) ou (V1450=2 e V1460=2))
Trabalhador por conta própria como empregador	(V1141>14 e (V1280=1 ou V1290=1 ou V1300=1 ou V1300=2 ou V1310=1 ou V1330=2 ou V1330=3 ou V1350=1 ou V1350=2 ou V1360=1 ou V1380=1)) e ((V1340=2 e V1350=1) ou (V1450=2 e V1460=1))
Trabalhador familiar não remunerado	(V1141>14 e (V1280=1 ou V1290=1 ou V1300=1 ou V1300=2 ou V1310=1 ou V1330=2 ou V1330=3 ou V1350=1 ou V1350=2 ou V1360=1 ou V1380=1)) e (V1340=3 ou V1450=3)
Situação na profissão secundária	
Trabalhador por conta de outrem	V1810=1
Trabalhador por conta própria como isolado	V1810=2 e V1820=2
Trabalhador por conta própria como empregador	V1810=2 e V1820=1
Trabalhador familiar não remunerado	V1810=3
Situação na profissão anterior – não empregados	
Trabalhador por conta de outrem	V2260=1
Trabalhador por conta própria como isolado	V2260=2 e V2270=2
Trabalhador por conta própria como empregador	V2260=2 e V2270=1
Trabalhador familiar não remunerado	V2260=3

Designação	Fórmula de cálculo
Situação na profissão um ano antes	
Trabalhador por conta de outrem	V2290=1
Trabalhador por conta própria como isolado	V2290=2 e V2300=2
Trabalhador por conta própria como empregador	V2290=2 e V2300=1
Trabalhador familiar não remunerado	V2290=3
Tipo de contrato de trabalho do emprego principal	
Sem termo	V1510=1 ou V1530=1
Com termo	V1510=2 ou V1530=2
Prestação de serviços (recibos verdes)	V1510=3 ou V1530=5

Subemprego visível	(V1141>14 e (V1280=1 ou V1290=1 ou V1300=1 ou V1300=2 ou V1310=1 ou V1330=2 ou V1330=3 ou V1350=1 ou V1350=2 ou V1360=1 ou V1380=1)) e V1835=2 e V1840=1 e (V1850 – (V1620+V1830))>0 e V1870=1
Inactivos desencorajados	V1141>14 e ((V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2))) e V2030=1 e (V2000=8 ou V2000=9 ou V2000=10 ou V2000=11 ou V2000=12 ou V2000=13)
Inactivos disponíveis	V1141>14 e ((V1320=2 ou V1330=11 ou V1360=3 ou V1370=2 ou V1380=2 ou (V1340=3 e V1360=2))) e V2030=1 e V2120=1

35. INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR

Existe um conjunto de informação que se pretende de apuramento permanente, correspondente aos resultados para as principais variáveis do inquérito e com maior solicitação por parte dos utilizadores, que aparece reunida na publicação trimestral “Estatísticas do Emprego”. Os quadros constantes na publicação referida encontram-se também disponíveis, em formato Excel e Csv, em http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=260, sob a designação de “Quadros de evolução”. Estes quadros contêm informação relativa aos últimos trimestres. No 4º trimestre de cada ano, são também disponibilizados quadros contendo informação relativa aos últimos anos.

Para além destes, existe um conjunto adicional de quadros que contemplam outros cruzamentos de variáveis do Inquérito ao Emprego e que se encontram também disponíveis, em formato Excel e Csv, no referido sítio, sob a designação de “Quadros do trimestre”. Estes quadros contêm informação sobre o último trimestre disponível.

No âmbito das bases de dados do Portal do INE, encontram-se disponíveis os indicadores que constam no seguinte ficheiro:



Indicadores_IE.xls

Chama-se a atenção para a possibilidade do INE poder disponibilizar, para além dos quadros de evolução, quadros trimestrais, outro tipo de apuramentos ou outro tipo de desagregação das variáveis, mediante pedido específico, desde que os erros de amostragem estejam dentro de valores aceitáveis e desde que a informação se enquadre no quadro conceptual e metodológico do inquérito.

QUADROS DE EVOLUÇÃO

População total

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo

População activa

2. População activa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo
3. Taxa de actividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo

População empregada

4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo
5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo
6. População empregada por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo
7. População empregada por profissão principal (CPP-10), situação na profissão e sexo
8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração de trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo

População desempregada

9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo
10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo

11. População desempregada por duração da procura de emprego
12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego
13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por sector da última actividade (CAE-Rev. 3)

População inactiva

14. População inactiva

Regiões NUTS II

15. População total, activa, empregada e desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS – 2002)
16. Taxa de actividade, de emprego, de desemprego e de inactividade por região NUTS II (NUTS – 2002)

QUADROS DO TRIMESTRE

População total

1. População com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo, por grupo etário e sexo
2. População com 15 e mais anos segundo a auto-classificação em termos de ocupação, por condição perante o trabalho
3. População com 15 e mais anos segundo a auto-classificação em termos de ocupação um ano antes, por auto-classificação em termos de ocupação actual

População empregada

4. População empregada por actividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo
5. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por situação na profissão principal e sexo
6. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por regime de duração do trabalho e sexo
7. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por antiguidade no emprego actual
8. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por tipo de horário de trabalho e sexo
9. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por duração semanal habitual do trabalho e sexo

10. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por nível de escolaridade completo e sexo
11. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por exercício de actividade secundária e sexo
12. População empregada com actividade secundária segundo o sector de actividade secundária, por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3)
13. População empregada segundo a situação na profissão principal, por profissão principal (CPP-10)
14. População empregada segundo a situação na profissão principal, por nível de escolaridade completo e sexo
15. Trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 3), por tipo de contrato de trabalho e sexo
16. Trabalhadores por conta de outrem por profissão principal (CPP-10) e sexo
17. Trabalhadores por conta de outrem por actividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo

População desempregada

18. População desempregada por tipo de desemprego, duração da procura de emprego e sexo
19. População desempregada por diligências feitas para encontrar trabalho
20. População desempregada à procura de novo emprego por situação na profissão anterior e sexo
21. População desempregada à procura de novo emprego por sector da actividade anterior (CAE-Rev. 3) e sexo

Regiões NUTS II

22. População total segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por grupo etário e sexo
23. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por sexo
24. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por grupo etário
25. População activa segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por nível de escolaridade completo
26. População inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por categoria de inactividade

27. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por actividade principal (CAE-Rev. 3)
28. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por profissão principal (CPP-10)
29. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por situação na profissão principal
30. Trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3) e escalão de rendimento salarial mensal líquido
31. Rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 3)
32. População desempregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por tipo de desemprego e duração da procura de emprego
33. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por sexo
34. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por grupo etário

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. QUESTIONÁRIOS



IN_IE_2011.xls

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

2148 – AM-2001: Amostra-Mãe 2001

5134 – ASCII: *American Standard Code for Information Interchange*

5896 – CAE-Rev. 3: Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3

5079 – CAPI: *Computer Assisted Personal Interviewing*

5078 – CATI: *Computer Assisted Telephone Interviewing*

5152 – CE: Conselho Europeu

4903 – CGTP: Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

7714 – CPP/2010: Classificação portuguesa de profissões, versão 2010

4616 –. CV: Coeficiente de Variação

6347 – EM: Estado-Membro

4134 – EUROSTAT: Serviço de Estatística das Comunidades Europeias

GPIE-Reg: Gestão de processos de inquéritos por entrevista – aplicação de registo

4165 – IE: Inquérito ao Emprego

4172 – INE: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

7482 – ISEGI: Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

5902 – LFS: *Labour Force Survey*

MIA: Módulo de Instalação de Aplicações

4201 – NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

4203 – OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

4205 – OIT: Organização Internacional do Trabalho

2144 – SAS: *Statistical Analysis System*

4226 – SEN: Sistema Estatístico Nacional

5116 – SGBD: Sistema de Gestão de Bases de Dados

SICC: Solução Integrada de Centro de Contactos

4229 – SIGINE: Sistema de Informação de Gestão do INE

5725 – SPIS: Sistema Portátil Integrado Seguro

4589 – SREA: Serviço Regional de Estatística dos Açores

4904 – UGT: União Geral de Trabalhadores

VIII – BIBLIOGRAFIA

- [1] Eurostat (2008), “Labour Force Survey Revised Explanatory Notes, 2008”.
- [2] ISEGI (2001), “Dimensionamento da Amostra para o Inquérito ao Emprego”.
- [3] INE/DES/TR (2009), “Documento Metodológico: Inquérito ao Emprego 2008”
- [4] INE/DES/TR (2010), “Documento Metodológico: Inquérito ao Emprego – Operação Piloto (2009-2010)”.
- [5] INE/DES/TR (2008), “Inquérito ao Emprego – Manual do Entrevistador 2008”.
- [6] INE/DES/TR (2010), “Inquérito ao Emprego – Manual do Questionário”.
- [7] INE (2009), “A forma de realizar entrevistas no Inquérito ao Emprego”.
- [8] INE (2010), “Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2010” (capítulo 8; p. 63-66).
- [9] INE (2011), “Estatísticas do Emprego – 1º trimestre de 2011” (capítulo 6; p. 31-40).

IX – ANEXOS



Metodologia da
AM2001.pdf



Histórico
Calibração.pdf